



ENQUANTO nos formamos psicologicamente, vamos apercebendo ao mesmo tempo das coisas e do que elas valem para nós — visto que nos apercebemos das coisas pela importância vital que elas assumem para nós, segundo uma consciência que é, aliás, socialmente educada. Como o nosso aprendizado não pára, estamos constantemente a refazer, quer a nossa representação das coisas, quer a sua valorização. Quando se refaz uma visão científica da realidade, isso acarreta consequências técnicas, portanto práticas, portanto de valor; e, pondo isto às avessas, o progresso científico é também incontestavelmente estimulado por contradições, quer das teorias, quer da sua importância prática para nós. Passemos agora das relações entre os homens e as coisas para as dos seres humanos entre si; e repararemos que estes seres também, não apenas se entre-conhecem, como se entre-valorizam, através das malhas que os ligam; e repararemos ainda que o conhecimento e valorização das coisas é fundamentalmente social: cada um de nós aprende, logo com a fala, a conceber e ajuizar sobre as coisas (e sobre o próximo); e repararemos que nem todas as mentalidades, civilizações, estruturas sociais, têm a mesma capacidade de adequação e actuação eficaz sobre a realidade; e repararemos, por conseguinte, que o próprio progresso científico e técnico (que constitui, como vimos, um dos processos da criação de valores) é condicionado, não apenas pelos desajustamentos ou contradições intrínsecas das ciências e das técnicas mas também pelos valores que afectam as próprias relações humanas, quer dizer pela ética, pela estética socialmente dominantes. Eis um exemplo grato aos cristãos: a ética escravagista da Antiguidade fez parte da cadeia de causas que retardaram a revolução industrial dos fins da Idade Média, que consistiu, por ex., na utilização da energia hidráulica e eólica, em moinhos, na navegação à vela, etc.; os senhores de escravos, senhores de «máquinas humanas», não compreendiam tais inovações técnicas. Daqui tiro eu que há momentos nos quais a invenção (ou descoberta) de valores precede a invenção (ou descoberta), e o uso, de verdades. E julgo este o papel específico da arte: o de inventar ou descobrir valores. Serão então os «seres» e os «valores» radicalmente distintos uns dos outros? Não creio. Em última análise, creio até no primado do «ser» (que é objectivo) sobre o «valer» (que é subjectivo); mas há casos ou aspectos em que nos apercebemos primeiro de uma constelação de valores, e só depois da realidade correspondente. Certas manifestações de sensibilidade anti-escravagista precederam de longe a concepção das máquinas que substituiriam os escravos — isto para dar um exemplo claro e reconhecido.

O principal equívoco em que se atola o mau realismo, o pseudo-realismo, consiste em só apreender realidades enquadráveis dentro de juízos preconcebidos de valor; quando, afinal, o realismo se justifica pela criação de novas realidades humanas a partir da intuição dos correspondentes valores, também necessariamente novos. Homero será ainda, provavelmente, realista ao chegar ao seu terceiro milénio (que já não vem longe) porque, sob certos aspectos, a «Odisséia» continua valendo mais do que a realidade humana realizada, e nos representa, sob tais aspectos, uma plenitude intradutível na prática, salvo na medida dessa representação literária que a «Odisséia» é, e na medida de quaisquer criações tendentes a realizar na prática total (e portanto a superar) representações tais como a «Odisséia». As obras realistas vão-se tornando clássicas ao mesmo passo que se vão tornando polivalentes, equívocas, tal como os códigos legais se tornam equívocos ao mesmo passo que as instituições se vão historicamente transformando. O realismo clássico só vive autenticamente através do realismo que se vai criando e que constantemente lhe restaura o sentido único de progresso que esse realismo clássico assume para cada momento vivido; e a própria obra realista recente precisa da crítica (ou do espírito crítico dos leitores), tal como a lei precisa do jurista vivo que a interprete, isto é, faça viver «concretamente», isto é, de um modo sempre diferente para cada situação vital. Vamos aos casos presentes.

NUNCA me satisfaz o reconhecimento de que uma obra nos agrada por qualidades ditas «formais». Concebendo a forma artística como consumação de um intento, o problema crítico real é sempre o de sondar os intentos (sejam eles quais forem) que nos agradam. Neste conto perfeito de Cardoso Pires palpitam-me duas linhas fundamentais de força. Uma delas: o contraste entre momentos de consciência da nossa mocidade intelectual, o de «antes» e o de «durante» o tempo da guerra fria. A outra: um como que senso predatório ou lúdico de vida, um senso de vida como jogo universal de espia e caça. O conto pode dizer-se perfeito como expressão de tais linhas de força. Perfeito porque na sua economia narrativa, dialogal, monologal, no entretimento dos motivos de atenção nos convence de uma experiência conhecedora, segura, minuciosa, que escolhe os dados entre muitos outros disponíveis em vez de os procurar por todos os cantos, que se despoja de tudo o que não importa essencialmente. Os protagonistas (um ex-juvem de 40-45, lúcido na medida do seu desencanto e inapetência, e uma jovem licenciada, histérica e «existencialista», de 50 e tal, que só veio «liberta» quanto a instintos dos cursos parisienses de férias) não são tudo, decerto, nem mesmo o fundamental do processo psíquico português de dois decénios, mas caracterizam bem a zona mais à vista, a zona de autoconsciência «cultural» desse processo. A gente conhece-os, conhece-lhes as reacções e as frases. E Cardoso Pires contrasta-os flagrantemente com uma realidade humana mais importante que, através deles, agarra em três sub-entredos pequenos e numa página, que para mim ficará clássica, de história sócio-moral, a pág. 117, que aqui não cabe transcrever, infelizmente.

Quanto ao senso predatório e lúdico de vida, impossível não relacioná-lo com Hemingway. A pesca submarina do protagonista, as duas caçadas ao mesmo perdígão pelo velho pícaro, a família de uma rendeira de bilros lutando contra relógio por uma venda, o logista deitando contas a um turismo futuro — tudo isto se entrelaça em pouco mais de cem páginas como um mesmo espectáculo, um mesmo jogo vital de vários lances e papéis, em que se perseguem imensas finalidades «sem finalidade final» concebível, excepto a de no-las representarmos (e, afinal, nos representarmos a nós próprios) como espectáculo. Superação à Hemingway, pela consciência lúdica, numa técnica literária à Hemingway, uma técnica muito «behaviorista» ou reactiva, de acção literariamente pura, despojada, isto é, sem a retórica e também sem os valores da esperança. Não ponho qualquer ironia fácil em considerar este conto perfeito quanto às suas intenções patentes.

A CRÍTICA DO LIVRO

por OSCAR LOPES

José Cardoso Pires — O ANJO ANCORADO, arranjo gráfico de Sebastião Rodrigues, Lisboa, 1958

Mário Braga — HISTÓRIAS DE VILA, capa e ilustração do autor, Coimbra, 1958

Fruto, ele próprio, do desencanto histórico a que se refere (desencanto de uma geração «esquemática», frente a outra que se limita a esgaravalar o seu diário moral), este livro participa na (pelo menos minha) dialéctica real da esperança, a que os desencantos e até os desesperos são necessários, como a própria morte é necessária para que não saibamos, e portanto construamos a cada passo, os últimos fins da vida. Dezenas de pormenores podia mencionar que autenticam e acabam a mensagem de Cardoso Pires: por exemplo,

aquela exacta caracterização do «mal dos caçadores que matam pelo prazer de matar (ou pelo que está antes e depois da morte)».

MÁRIO BRAGA sabe, melhor do que nunca, do que é capaz. Os seus recursos principais não são de «escrita», nem de composição, embora escreva agora de um modo sóbrio, enxuto, e esse imponderável a que chamamos «graca» não deixe de estar presente à superfície verbal e à planificação narrativa destes contos. O mais

importante em Mário Braga é, uma vez mais, e melhor, a anedota, o caso. E, neste sentido, avancemos ao longo dos seus novos progressos. Assim, eu excluiria de um florilégio dos seus contos, «O Tio do Brasil», de montagem epistolar, porque as cartas falta um estilo pessoal do herói epistológrafo; e «Café Amargo», porque o seu tema, o nascer de um boato, já teve expressão clássica em português, que não é ultrapassada. Há contudo presa emocional no drama de uma solteirona, em «A Hora da Morte»; há carácter psicológico e local em «O Passeio», e uma curiosa sátira, em «A Tarântula», a intrighada política municipal. Mas três contos encerra o volume em que o Autor, pela felicidade da anedota, e também pela apresentação e andamentos narrativos, salta efectivamente para diante da ética focada, em vez de se lhe prender numa luta corpo a corpo em que a antítese criadora mal se diferencia: «Nos Bastidores», curioso caso de conluio da mulher legítima e da ilegítima no encobrir de um escândalo comum; «O Filho Pródigo», comédia, com viva acção, dir-se-ia cinematográfica, de uma degenerescência aristocrática provinciana; e sobretudo «A Doação», em que a disputa de um património rural, que é, ao mesmo tempo e para dois casos, uma condição estreme de independência económica, se desdobra até manifestações da última crueza. Este conto garantiria, só por si, o direito a uma franca e duradoura recomendação de leitura.